



POLÍTICA COMO SIGNO DE LOS TIEMPOS: RELIGIONES, DEMOCRACIAS Y ESTALLIDOS SOCIALES EN CLAVE TEOLÓGICO-POLÍTICA¹

Günter Bayerl Padilha²

Resenha de:

PANOTTO, Nicolás. *Política como signo de los tiempos: religiones, democracias y estallidos sociales en clave teológico-política*. Buenos Aires: Polidero Editorial de la Universidad de San Isidro, 2022. 158p.

A obra do argentino Nicolás Panotto, “Política como signo de los tiempos: religiones, democracia y estallidos sociales en clave teológico-política”, faz parte da coleção Periferias da Poliedro Editorial da Universidad de San Isidro de Buenos Aires, Argentina. O livro publicado em 2022 no formato digital (PDF) está estruturado em três capítulos: “Lugares de la política, lugares de la creencias, Laicidad y libertad religiosa: epicentros de disputa e Más allá de la política, la política como transcendência”.

O prólogo de Emilce Cuda revela que Panotto é um teólogo e um cientista social comprometido com o diálogo ecumênico com vistas a sociabilidade com dignidade de vida. Assim sendo, se vale dos suportes teóricos que permitem escutar o clamor da terra, dos pobres, dos movimentos sociais como sinais dos tempos, os quais são históricos, políticos e religiosos. Panotto debate as questões que se referem ao conceito de público e privado e, conseqüentemente, aborda as questões pertinentes à liberdade religiosa tendo como pano de fundo a relação entre o estado laico e as religiões.

Ao começar a introdução Panotto nos alerta que o entrecruzamento entre religião e política não é evidenciado, mesmo que esteja, cada vez mais, presente nas democracias contemporânea. O religioso é um tema marginal nos debates acadêmicos e, por vezes, quando presente é tratado de maneira superficial. Por esta razão ele pretende problematizar o que é entendido como religioso e político a partir da influência das instituições religiosas no apoio de determinados partidos políticos com o objetivo de eleger certos candidatos por meio do capital simbólico e moral, ou seja, como religião e político constroem sentido por meio de narrativas ideológicas. Isso, por sua vez, faz com que seja necessário analisar como o religioso incide sobre o político, ou melhor, quem e em que medida ocorre esta influência. Neste ponto é necessário, compreender que o campo religioso é complexo por abarcar instituições, religiosidade popular, movimentos religiosos, crenças e espiritualidades vividas e, também, os conflitos advindos das posições sociopolíticas e da pluralidade de vozes dos atores religiosos. Deste modo, o autor pretende contribuir para a análise de como o campo religioso, no contexto latino-americano, tem adentrado na esfera do político e se deslocado do espaço privado para o espaço público contribuído para manter a política em ebulição.

¹ Enviado em: 23.02.2022. Aceito em: 10.03.2023.

² E-mail: gunterpadilha@gmail.com.

Já no primeiro capítulo, Panotto começa a situar o lugar da política como sinal dos tempos, conceito que ganhou força após o Vaticano II ao conceber que Deus se manifesta para além dos círculos religiosos sendo uma clara contestação colonialista da história. Porque os sinais do tempo é o romper da novidade na história, ele revela ruptura e subversão diante do já estabelecido. Eles contam com elementos teológicos fundamentais:

[...] a ação de Deus vai pelo caminho contrário ao da programática dogmática [...] de uma escatologia determinista. [...] a presença divina na história não tem um emissário ou institucionalidade próprias nem únicas. [...] como consequência do dito, os sinais do tempo dão valor a ação de Deus já presente na história, para além de qualquer leitura posterior que poderá ser feita por um corpo religioso.³

Isto significa que os sinais dos tempos impulsionam para uma hermenêutica capaz de compreender que existe uma complexa disputa de sentido provocada pelas mudanças bruscas da realidade e que a política se move a partir das demandas populares. Estas demandas podem se originar na falta ou privação de condições materiais ou no universo simbólico de identidades, ideologias e direitos humanos. Para o autor a política focam nas dinâmicas dos lugares concretos de sujeitos individuais e coletivos e deverá ser compreendida no marco da globalização, que possui as tensões entre o universal e o particular, entre as demandas da diversidade e as tendências conservadoras e entre o religioso e os assuntos públicos.

Segundo Boff⁴, as atuais tensões tem sua origem no período neolítico quando o masculino se tornou o paradigma dominante e, depois, ganhou força com as bases filosóficas de René Descartes que enfatizam a compressão dualista da realidade que separa o material do espiritual, homem e mulher, religião e cotidiano, privado e público, economia e política e, por fim Deus e mundo.

Avançando nesse capítulo, Panotto considera que as fronteiras das dicotomias, conforme apresentadas por Boff, estão mais flexíveis e porosas porque as vozes religiosas estão cada vez mais presentes no espaço público apesar da histórica separação entre Estado e igreja, quando se estabeleceu que o religioso pertence ao privado. Atualmente se percebe como legítima o envolvimento da perspectiva religiosa em assuntos políticos que delibera sobre o bem comum e se observa a militância política de religiosos que pretendem incidir sobre assuntos relacionados à família e à sexualidade.

Nesta direção segue o pensamento de Rodrigo Portella⁵, que afirma a modernidade e a secularização convivem de maneira paradoxal ao ponto da religião ser evidenciada em atitudes políticas, esportivas, eventos culturais, moda e tendências musicais. Assim sendo a religião está mais

³ (Tradução nossa). PANOTTO, Nicolás. *Política como signo de los tiempos: religiones, democracias y estallidos sociales en clave teológico-política*. Buenos Aires: Polidero Editorial de la Universidad de San Isidro, 2022, p. 13. “[...] la acción de Dios va por un camino contrario al de la programática dogmática, [...] de una escatología determinista. [...] la presencia divina en la historia no tiene un emisario o institucionalidad propias ni únicas. [...] como consecuencia de lo dicho, los signos de los tiempos valoran la acción ya presente de Dios en la historia, más allá de cualquier lectura a posteriori que pueda hacer un corpus religioso”.

⁴ BOFF, Leonardo. *A voz do arco-íris*. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

⁵ PORTELLA, Rodrigo. A religião na sociedade secularizada: urdindo as tramas de um debate. *Numen: Revista de Estudos e Pesquisa da Religião*. Vol.2. n. 1 e 2, Universidade de Juiz de Fora, 2008, p. 33-53.

presente do que nunca na sociedade contemporânea, mas com diferentes nuances e de maneira revitalizada.

Por sua vez, Panotto, percebe que as vozes religiosas como agentes políticos trouxeram à tona o neoconservadorismo que promove um discurso antidemocrático. Neste sentido, Fábio Py⁶, alerta para a necessidade de considerar a Teologia como uma arena de disputa. No caso brasileiro, ela é utilizada para fins políticos no governo autoritário do presidente Bolsonaro, que tem sua governabilidade sustentada pelo fundamentalismo cristão das grandes cooperações religiosas e pela Bancada Evangélica. Esta realidade, por sua vez, trouxe implicações sobre a discussão em relação a liberdade religiosa nos contextos plurirreligiosos.

Ai iniciar o segundo capítulo, Panotto afirma que a noção de liberdade religiosa é condição inerente ao Estado liberal porque ele a considera como a primeira das liberdades. No entanto, no contexto latino-americano a liberdade religiosa exige um conjunto de conotações, que muitas vezes é negado pela academia, por exemplo, o privilégio que possui a Igreja Católica e ausência de mecanismo legais e políticos que dão conta do pluralismo religioso. Sendo que neste tema ainda existe uma questão sem conclusão que é a diferença “entre *liberdade* religiosa e *igualdade* religiosa”⁷.

Assim sendo para que haja liberdade religiosa é necessário haver o desenvolvimento de uma democracia radical que não se baseie em perspectivas morais e sociais de um determinado setor do mundo religioso, que supere os parâmetros homogêneo do cristianismo e valorize a pluralidade religiosa e que esteja vinculada aos direitos humanos e a vozes religiosas que contribuem para as agendas de inclusão e democratização dos espaços sociais. O direito à liberdade religiosas deve ser garantida para todas as pessoas, por esta razão Rui Luís Rodrigues afirma:

A liberdade religiosa é, portanto, um direito à transcendência. Dado o enraizamento profundo dessa experiência humana, a supressão dessa liberdade tem consequências funestas. Vedar o exercício da liberdade religiosa na forma de práticas de devoção, experiências de culto ou rememoração e perpetuação de tradições constitui aquilo que já foi denominado *espoliação antropológica*. “A pobreza africana é uma pobreza antropológica”, escreveu o teólogo camaronês Engelbert Mveng, querendo significar com isso que a exploração ocidental na África privou os africanos não apenas de melhores condições socioeconômicas pela redução à pobreza material, mas espoliou-os também de suas tradições ancestrais e de suas cosmovisões.⁸

No que diz respeito ao tema da liberdade religiosa no Estado laico para Panotto existe o perigo de alguns setores religiosos instrumentalizar o discurso religioso, baseado na liberdade de expressão, para criticar as posturas do Estado laico e, ao mesmo tempo, se opor às políticas públicas que beneficiem as minorias. Desta maneira, “[...] o discurso da *liberdade religiosa* está sendo cada vez mais instrumentalizado, especialmente por grupos religiosos neoconservadores em alianças com setores neoliberais”⁹. Esta instrumentalização gera polarizações políticas entorno de bandeiras

⁶ PY, Fábio. *Pandemia cristofascista*. São Paulo: Editora Recriar, 2020.

⁷ (Tradução nossa). PANOTTO, 2022, p. 37. “Entre la *libertad* religiosa e *igualdad* religiosa”.

⁸ RODRIGUES, Rui Luís. A liberdade religiosa como direito à transcendência. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/direitos-humanos/liberdade-religiosa-como-direito-transcendencia>. Acesso em: 20 de Jun. 2022.

⁹ (Tradução nossa). PANOTTO, 2022, p. 45. “[...] *el discurso de libertad religiosa está siendo cada vez más instrumentalizado, especialmente por grupos religiosos neoconservadores en alianza con sectores neoliberales.*”

que defendem a “vida”, “família” e são contrárias a “homossexualidade” e ao “comunismo”. Desta forma está lançada a disputa dos discursos, símbolos, agendas, direitos, projetos políticos e o sentido da liberdade religiosa. Fábio Py¹⁰, identifica a Frente Parlamentar Evangélica como sendo a promotora dos discurso religiosos e políticos que afrontam a liberdade religiosa, no Brasil, quando defende o evangelho, o ideal da família tradicional brasileira e os “homens de bem”.

Segundo Panotto, a América Latina vive um tempo de profunda polarização política, legitimação de práticas antidemocráticas e comunidades religiosas se transformam em espaço catalizador de conflitos. O autor utiliza o Brasil como exemplo desta realidade em que algumas igrejas evangélicas são utilizadas pelo presidente Bolsonaro para capitalizar poder político e simbólico para impor visões particulares, restringir direitos e para perseguir as minorias e outras expressões religiosas, especialmente, as de matriz africana. Por este motivo a antropóloga Christina Vital sugere que,

Talvez devamos refletir sobre o que significa neste contexto nacional a liberdade religiosa. Quais grupos estão nela incluídos? Quem historicamente vem falando em sua defesa? A partir de quais recursos? Se o ponto de vista da análise for o preconceito religioso contra cristãos, sim, a violência religiosa no Brasil é diminuta. No entanto, se tratarmos do volume de casos envolvendo religiosos de matriz afro-brasileira o país sai desta ‘friendly zone’, deixando de ser percebido como um país seguro para o exercício de cultos afro¹¹.

Deste modo o religioso não está circunscrito apenas a vida privada, mas tem impacto na vida social. Por esta razão Panotto afirma: “O religioso, então, é um assunto públicos que não deve ser descuidado [...]”¹² Além disso, o autor considera importante o ativismo e a defesa dos direitos humanos quando se aborda o tema do Estado laico e da liberdade religiosa. Isto porque se faz necessários perceber como a política se vincula com o religioso e, também, é imprescindível compreender a maneira pela qual o religioso incide sobre a política e a estruturação da sociedade.

No terceiro capítulo o autor discute a problemática do poder inquestionável que a instituição religiosa possui ao se apropriar da imagem de Deus. A proposta de Panotto é desconstruir as práticas de poder a partir das contribuições de Michael Foucault, particularmente, a microfísica do poder. Isto porque o poder é material e relacional e se inscrever no corpo como mecanismo de subjugação. Além disso, o autor considera ser necessário considerar que as disputas de poder se dão de maneira assimétrica porque nem todas as pessoas ou grupos têm a mesma posição na sociedade.¹³ Assim sendo, a constituição do poder na microfísica se dá no cotidiano através de: “[...] imaginários, linguagens, gestos, palavras, etc.”¹⁴ Para Townes é imprescindível que neste processo de desconstrução do poder se inclua os silêncios constantes nos discursos que naturalizam e tornam invisível as questões de raça-etnia, sexualidade, classe e outras.¹⁵

¹⁰ PY, 2020.

¹¹ VITAL, Christina. Liberdade religiosa. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/liberdade-religiosa/>. Acesso em: 20 de Jun. 2022.

¹² (Tradução nossa). PANOTTO, 2022, p. 48. “*Lo religioso, entonces, es un asunto público que no debe ser descuidado [...]*.”

¹³ PANOTTO, Nicolás. Identidades religiosas como identidades políticas: abordajes analíticos desde una mirada posfundacionalista. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*. Universidade Estadual de Campinas. Vol. 23, 2021, p.1-3.

¹⁴ (Tradução nossa). PANOTTO, 2022. p. 58. “[...] *imaginarios, lenguajes, gestos, palabras, etc.*”

¹⁵ TOWNES, Emilie. Esquecimento proposital: coloração não interrogada como lacuna moral. *Mandrágora*. Vol.16, n. 16. 2010, p. 13-17.

Panotto observa que no sistema discursivo religiosos a teologia cria universos de sentido que legitima a forma de ser e fazer a igreja. Ele compreende que a imagem central para a história da igreja é Jesus de Nazaré. No entanto, a igreja com seu discurso teológico criou a imagem do *Kyrios* que representa o Jesus carpinteiro, humilde, que está à serviço dos pobres e dos excluídos e, logo após, ressignificou a imagem do Jesus no ícone do Pantocrátor, o Cristo em majestade, que tem a ver com o império, com a cúria da igreja-instituição, ele é vestido de rei todo-poderoso. Geralmente damos sentido a Deus a partir de nossas práticas e doutrinas.

Segundo Panotto, da mesma maneira que se dão as dinâmicas de poder se manifestam caminhos alternativos de resistências que partem de novas construções de sentido e conhecimento.¹⁶ Neste ponto o autor resgata a resistência de Lutero frente a teologia natural tomista por meio do conceito do *Deus absconditus*, o Deus oculto ou escondido, que reservou sua liberdade ao revelar sua identidade. Desse modo o discurso teológico não pode capturar a totalidade do divino. Além disso, rebusca outro conceito teológico de Lutero que é a *revelation sub contrario*, ou seja, que na cruz Deus se revela no paradoxo do sofrimento e do esvaziamento. Além disso, aborda o conceito de Reino de Deus que foi resgatado por diversas correntes teológicas e eclesiológicas no contexto latino-americano como horizonte utópico, um projeto inacabado que convida a humanidade a construir uma sociedade mais justa. Isto porque Deus está longe de ser o rei esplendoroso, que vive nos palácios cercado de riquezas. Mas é Deus que se manifesta nos paradoxos, na cruz, no transitório. Ele está aberto para a nossa vida, para nossa história e para a pluralidade de alteridades. Seguindo na mesma direção de Panotto, Diefelt afirma:

O fazer teológico precisa estar aberto ao inédito que advém da disponibilidade de dialogar e se deixar questionar para, assim, criar sentido e significação. [...] Na América Latina e no Caribe, contribuições teológicas oferecem novas reflexões sobre a construção do conhecimento e sua relação com o lugar social de onde é enunciado. Há diversos nomes para estas teologias: feminista, de mulheres, mujerista, womanist, queer, teologia gay, teologias de gênero, da corporeidade, da sexualidade, etc. Entre as distintas contribuições há algumas comunalidades: são contextuais, partem da experiência, refletem acerca do cotidiano e valorizam o corpo.¹⁷

Segundo Panotto, para a valorização da pluralidade e a diversidade o movimento ecumênico necessita realizar uma análise crítica e retornar a convocar a diversidade de expressões de fé para realizar as transformações sociais e institucionais a partir de um “Deus-sempr-Outro” empoderamento do outro e que dê visibilidade para a pluralidade de nossa sociedade.¹⁸

Por fim, Panotto observa que a fé é fundadora de ideologia, pois “[...] fé sem ideologia é uma fé morta: porque fé não pode se fazer presente na nossa reduzida história sem um mediação ideológica, [...]”¹⁹ Assim sendo, por um lado existem mediações ideológica que geram teologias fundamentalista e neoconservadoras e, por outro lado, geram as teologias contextuais e da libertação. Desse modo é salutar manter os espaços do bom combate das disputas teológicas e

¹⁶ PANOTTO, Nicolás. *Descolonizar o saber teológico na América Latina: religião, educação e teologia em chaves pós-coloniais*. São Paulo: Recriar, 2019, p. 73.

¹⁷ DIEFELT, Wanda. Interculturalidade, negociação de saberes e educação teológica: contribuições da teologia feminista. *Protestantismo em Revista*. São Leopoldo, Vol. 24, jan-abr, 2011, p. 1-9.

¹⁸ PANOTTO, 2019, p. 94.

¹⁹ (Tradução nossa). PANOTTO, 2022, p. 68. “[...] fe sin ideología es una fe muerta: porque la fe no puede hacer presencia en nuestra reducida historia sin una mediación ideológica [...]”.

políticas para que as diversidades não sejam anuladas em nossa caminha permeada pelas transformações. Por tudo isto, e muitas outras questões, afirmamos que a obra de Panotto é uma leitura necessária em tempos que os vendavais oportunistas assolam o campo político e religioso a partir de conceitos conservadores e práticas autoritárias que limitam a liberdade religiosa e fragilizam a democracia.

Referências

BOFF, Leonardo. *A voz do arco-íris*. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

DIEFELT, Wanda. Interculturalidade, negociação de saberes e educação teológica: contribuições da teologia feminista. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 24, p. 1-9, jan./abr. 2011.

PANOTTO, Nicolás. Identidades religiosas como identidades políticas: abordajes analíticos desde una mirada posfundacionalista. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Universidade Estadual de Campinas, v. 23, p. 1-17, 2021.

PANOTTO, Nicolás. *Descolonizar o saber teológico na América Latina: religião, educação e teologia em chaves pós-coloniais*. São Paulo: Recriar, 2019.

PORTELLA, Rodrigo. A religião na sociedade secularizada: urdindo as tramas de um debate. *Numen: Revista de Estudos e Pesquisa da Religião*, Juiz de Fora, v. 2, n. 1 e 2, p. 33-53, 2008.

PY, Fábio. *Pandemia cristofascista*. São Paulo: Editora Recriar, 2020.

RODRIGUES, Rui Luis. A liberdade religiosa como direito à transcendência. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/direitos-humanos/liberdade-religiosa-como-direito-transcendencia>. Acesso em: 20 jun. 2022.

TOWNES, Emilie. Esquecimento proposital: coloração não interrogada como lacuna moral. *Mandrágora*, v.16, n. 16, p. 13-17, 2010.

VITAL, Christina. *Liberdade religiosa*. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/liberdade-religiosa/>. Acesso em: 20 jun. 2022.